



portalbenews.com.br

ESG Ministério dos Transportes avança para promover equidade de gênero e raça no setor ▶ **p3**

OPINIÃO Adilson Luiz Gonçalves projeta os próximos passos rumo à implantação de uma ZPE em Santos ▶ **p9**



Governo estuda restituição maior para pequenos exportadores



Divulgação

Ministros Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e Fernando Haddad (Fazenda) discutem um programa para impulsionar o setor ▶ **p5**

Ricardo Botelho/MME



Ministro assina contratos com concessionárias de linhas de transmissão de energia ▶ **p5**

NORTE/NORDESTE Prévia da safra 2023/2024 de cana-de-açúcar aponta crescimento de 2,5% ▶ **p6**

REGIÃO SUL Governo de Santa Catarina solicita autorização para construir dois novos aeroportos ▶ **p7**

REGIÃO SUDESTE Marinha apreende cocaína que estava escondida em navio no Porto de Santos ▶ **p8**

EDITORIAL

Apoio ao pequeno exportador

É crucial que o Governo Federal implemente medidas para apoiar e impulsionar as atividades dos pequenos exportadores, que têm o potencial de dinamizar e ampliar o comércio internacional do Brasil. O País possui uma base sólida de grandes exportadores, mas é essencial também desenvolver um programa de apoio voltado aos pequenos exportadores, que muitas vezes enfrentam desafios únicos e necessitam de suporte adicional para expandir seus negócios além das fronteiras nacionais.

A criação de um programa dedicado aos pequenos exportadores - que está sendo negociado entre os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - é um passo importante para promover a diversificação das exportações brasileiras e aumentar a competitividade da Nação no mercado global. Países como a Itália já reconhecem a importância desses agentes para impulsionar suas exportações, e o Brasil não pode ficar para trás nesse aspecto.

Além disso, a concessão de uma parcela maior de restituição de tributos para as micro e pequenas empresas exportadoras é uma medida bem-vinda, que contribuirá significativamente para melhorar a capacidade competitiva dessas companhias. A ampliação desse benefício, através do chamado "Reintegra de transição", proporcionará um incentivo adicional para que mais empresas se engajem no comércio internacional.

Em um momento em que a economia global enfrenta desafios significativos, é fundamental que o Brasil adote medidas proativas para fortalecer sua posição no comércio internacional. Apoiar os pequenos exportadores é uma estratégia inteligente e eficaz para impulsionar o crescimento econômico, criar empregos e promover o desenvolvimento sustentável em todo o País.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 5 Alckmin e Haddad discutem programa para impulsionar pequenos exportadores

HUB

- 3 Brasil tem aumento de 2% no número de empresas exportadoras. Norte e Nordeste lideram crescimento

NACIONAL

- 3 Ministério dos Transportes avança para promover equidade de gênero e raça no setor
- 4 Governo lança programa para incentivar inclusão e diversidade na aviação civil
- 5 Ministro assina contratos com concessionárias de linhas de transmissão de energia

NORTE/NORDESTE

- 6 Prévia da safra 2023/2024 de cana-de-açúcar aponta crescimento de 2,5%

REGIÃO SUL

- 7 Santa Catarina solicita autorização para construir dois novos aeroportos

REGIÃO SUDESTE

- 8 Marinha apreende cocaína escondida em navio no Porto de Santos

OPINIÃO

- 9 "ZPE em Santos - Os próximos passos", por Adilson Luiz Gonçalves



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente

Fabrício Julião

Diretor-superintendente

Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira

Jacyara Lima

Diretor-geral

Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial

Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News

Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News

Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News

Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News

Mônica Mathias

Equipe de reportagemCássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)**Colunistas**

Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

 (11) 91615.1200



Exportações 1

O Brasil registrou um aumento de 2% no número de empresas nacionais exportadoras no ano passado. No total, elas somaram 28.524. Os principais crescimentos foram registrados nas regiões Norte e Centro-Oeste, com altas de 8,8% e 8%, respectivamente. Os dados integram um estudo realizado pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e que foi divulgado nessa quarta-feira. O levantamento teve como base o porte fiscal das empresas e o cruzamento de dados com origem (regiões e estados), produtos vendidos e destino das mercadorias.

Exportações 2

As regiões Sul e Sudeste também registraram aumento na quantidade de companhias exportadoras. Os índices chegaram a 2,6% e +1,4%. O Nordeste registrou queda de 1,6%. O resultado nesta última região foi puxado pelo número de micro e grandes empresas exportadoras: -3,9% e -2,4%, respectivamente. Em compensação, os estados nordestinos tiveram o maior crescimento percentual em relação às empresas exportadoras de pequeno porte: 7,5%.

Exportações 3

Entre as empresas de grande porte, a maior alta percentual ocorreu no Centro-Oeste (+11%). Em relação às microempresas que vendem para o mercado exterior, a maior alta foi registrada no Norte (+10%).

Exportações 4

Apesar do crescimento no Norte e no Centro-Oeste, os números absolutos mostram que ainda é muito grande a concentração de firmas exportadoras no Sudeste e no Sul. As duas regiões respondem por 83,6% das microempresas, 88,3% das pequenas e 87,7% das médias e grandes exportadoras.

Exportações 5

Entre os setores de atividade econômica em que essas empresas exportadoras atuam, o destaque ficou com a agropecuária, com crescimento de 7% nas firmas médias e grandes e de 4,5% nas de pequeno porte. A indústria de transformação também cresceu nesses dois segmentos, com expansão de 2,6% e 1%, respectivamente. Em relação aos destinos dos produtos, a China lidera em todas as categorias, com crescimentos percentuais de 17% (pequeno porte), 9,8% (médias e grandes) e 1% (microempresas).

Ministério dos Transportes avança para promover equidade de gênero e raça no setor

Iniciativa prevê projetos para companhias do setor de infraestrutura e logística incentivarem um ambiente de trabalho mais igualitário

Marcio Ferreira/MT



O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que o compromisso com a agenda em prol da igualdade foi uma solicitação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenebenews.com.br

O Ministério dos Transportes formalizou na quarta-feira, dia 3, junto ao Ministério das Mulheres um protocolo de intenções para promover a 7ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. A iniciativa prevê projetos para companhias do setor incentivarem um ambiente de trabalho mais igualitário na infraestrutura rodoviária, ferroviária e logística do país.

A ação engloba empresas que possuem 100 ou mais colaboradores. A ideia é introduzir novas abordagens na administração de recursos humanos e promover, nas agências reguladoras e companhias vinculadas ao Ministério do Transporte, a igualdade de gênero e raça tanto nas dinâmicas laborais quanto na ocupação de posições de liderança.

A primeira Secretária Nacional de Transportes Rodoviários do Brasil, Viviane Esse,

disse que a iniciativa foi amplamente acolhida pelas empresas do setor. Ela ressaltou que 100% das concessionárias de rodovias federais vinculadas à pasta dos transportes aderiram ao protocolo. "Nós tivemos uma adesão que me surpreendeu de forma positiva. Muitas associações, muitas concessionárias, muitas pessoas pediram para aderir, dizendo: 'Olha, eu já estou cumprindo, tenho um programa, tenho uma iniciativa'. Isso é muito gratificante".

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que a participação feminina representa 17,8% do total de trabalhadores nas empresas de transporte do Brasil. São aproximadamente 390 mil mulheres com vínculo ativo nessas companhias.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que o compromisso com a agenda em prol da igualdade foi uma solicitação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Quando assumi aqui no Ministério, o presidente Lula fez algumas recomendações para os ministros, e entre elas estava a priorização da inclusão de mulheres nos postos de decisão. Não é algo fácil na área da

infraestrutura. Eu até fiz um banco de currículos apenas com mulheres para priorizar".

Segundo o Governo, os objetivos do programa são estimular a igualdade em acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. Além de promover ações preventivas em relação às mulheres, com o enfrentamento a todas as práticas de racismo e discriminação de gênero e ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

Na cerimônia, estava prevista a participação da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. No entanto, devido ao cumprimento de uma agenda externa no Rio de Janeiro, ela teve que cancelar sua presença. A porta-voz do órgão no encontro foi a diretora de Políticas de Ações Afirmativas, Layla Pereira, que reforçou a necessidade de avançar na viabilização de profissionais negros nas carreiras do transporte e da infraestrutura.

"Tendo espaços mais diversos, conseguimos inovar, avançar e dar respostas mais eficazes e eficientes. Além disso, temos um passivo histórico importante no sentido da desigualdade racial no país que precisamos vencer", afirmou Layla.

Plano de Ação

Ao se inscreverem no edital, as empresas precisam desenvolver e implementar um Plano de Ação, que deve ser executado em até dois anos. Em abril de 2026, os participantes vão apresentar um relatório com os resultados alcançados. As companhias que se destacarem receberão o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, que certifica o compromisso com a sociedade.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, enfatizou que não se constrói um país economicamente desenvolvido quando há pessoas sendo excluídas. "O programa e essa assinatura são fundamentais porque precisam começar a fazer parte das discussões não só dos governos, mas também das empresas. Precisa ser um processo de mudança organizacional e cultural de toda a sociedade brasileira, que passará pelo governo, empresas estatais, escolas, faculdades e empresas privadas".

A iniciativa é coordenada pelo Ministério das Mulheres em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério do Trabalho e Emprego, a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

NACIONAL

Governo lança programa para incentivar inclusão e diversidade na aviação civil

Objetivo do Asas para Todos é que essas iniciativas sejam aplicadas na capacitação e formação aeronáutica

Divulgação/Anac



Lançamento do Asas para Todos: a Anac vai disponibilizar projetos distribuídos em três eixos: Inclusão e Diversidade; Mulheres na Aviação; e Formação e Capacitação

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) lançou na quarta-feira, dia 3, o programa Asas para Todos. Por meio de um acordo de cooperação técnica com cinco ministérios, a agência vai disponibilizar mais de 15 projetos distribuídos em três eixos. O objetivo é fomentar a diversidade e a inclusão na capacitação e formação aeronáutica.

Já foram investidos R\$ 7 milhões de reais em 2023 e serão aportados R\$ 9 milhões em 2024 para os projetos divididos nos subprogramas Inclusão e Diversidade; Mulheres na Aviação; e Formação e Capacitação. A expectativa da agência é impactar mais de 100 milhões de passageiros e 70 mil profissionais do setor.

Segundo o diretor-presidente da Anac, Thiago Pereira, a formação no setor aéreo é um fator que exclui uma grande parte da população devido à desigualdade de renda e aos altos custos dos cursos de capacitação.

Dados apresentados pela agência mostram que 80% dos brasileiros têm um rendimento domiciliar médio mensal per capita inferior a R\$ 1.800, enquanto um curso de formação de pilotos privados custa R\$ 45 mil e de pilotos comerciais R\$120 mil.

Na equidade de gênero dos profissionais, apenas 3,2% dos pilotos são do sexo feminino, 2,4% dos mecânicos, 18,9% dos despachantes de voo e 10,6% são engenheiras. "Mais da metade da população é composta por mulheres; além de ser uma injustiça, é ineficiente prescindir de metade da nossa mão de obra possível nesse setor, que é tão carente de capacitação", disse Thiago Pereira.

No pacto governamental, se uniram para apoiar a iniciativa por meio do acordo de cooperação técnica os ministérios de Portos e Aeroportos, do Turismo, das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Também formalizaram um protocolo de intenções em prol da inclusão e diversidade: a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), a Aeroportos do Brasil (ABR), a Azul Li-

nas Aéreas Brasileiras, a Infraero Aeroportos, a Airbus, a Associação Internacional de Mulheres na Aviação (IAWA, na sigla em inglês) e a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

Com a palavra

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, destacou que a instituição promove o Brasil como um lugar diverso, mas há uma contradição quando essa diversidade não é refletida nos meios pelos quais as pessoas exploram o país.

"Não é natural que a aviação seja um lugar hegemonicamente de homens brancos. Isso é social, isso é histórico e precisa ser enfrentado. Enfrentado por meio de políticas públicas e com a gente reconhecendo o problema que existe", afirmou Freixo.

A porta-voz do Ministério das Mulheres, a secretária-executiva Maria Helena Guarezi, citou a iniciativa como uma maneira de combater a estimativa da ONU (Organização das Nações Unidas) de que a humanidade precisaria de 300 anos para alcançar a igualdade entre os

gêneros no mundo do trabalho.

"Ações como essa são ações que mostram que é possível efetivamente melhorar esse tempo, que é possível construir em menos tempo uma igualdade verdadeira entre homens e mulheres, respeitando toda a diversidade", declarou.

A ministra da Igualdade Racial, Aniele Franco, afirmou que desde o início de sua gestão o órgão vem buscando parcerias com outros atores para tornar os ambientes de trabalho mais diversos. "Existe uma parcela da população em que infelizmente tem muitos direitos negados, que é desumanizada. A gente precisa cada vez mais trazer para a sociedade iniciativas e pensamentos para que a gente possa fazer as pessoas entenderem que existem pessoas diferentes".

A secretária executiva do Ministério do Turismo, Ana Carla Lopes, enfatizou o programa como um movimento que vai tornar o Brasil referência internacional na inclusão das pessoas.

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, afirmou que não se pode afastar os direitos humanos da economia. "Este é um

país que maltratou muito as pessoas negras, as mulheres, os povos indígenas, as pessoas com deficiência, LGTQIA+. Construir um projeto de nação significa fazer um projeto em que essas pessoas não sejam apenas acolhidas, mas participem de um país que permita que todos nós possamos ser a melhor versão do que conseguimos".

Por fim, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, encerrou o evento convidando outros agentes do setor aeroportuário a se envolverem no programa. Ele afirmou que é fundamental que as concessionárias possam participar dessa construção, tendo em vista que 95% da aviação brasileira, incluindo os principais aeroportos, são geridos por concessionárias.

"Essa é a primeira vez nesses últimos 30 anos que a gente está tendo um projeto como esse integrado de maneira transversal, envolvendo todos os ministérios que dialogam com as áreas da aviação brasileira, para que a gente possa levar cidadania aos aeroportos brasileiros", disse.

Também participou da cerimônia o senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Alckmin e Haddad discutem programa para impulsionar pequenos exportadores

MDIC e Fazenda estudam restituição maior para micro e pequenas empresas do setor

MARÍLIA SENA
marilia.sena@redebeneews.com.br

O Governo Federal vai desenvolver um programa para pequenos exportadores. A informação é do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que na quarta-feira, dia 3, se reuniu com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

“O Brasil tem grandes exportadores. Não tem um programa de apoio e incentivo para o pequeno exportador. Então nós vamos começar a desenvolver um grupo de trabalho para dar sustentação para esse agente que em alguns países, como a Itália, por exemplo, representam parcela das exportações do país”, afirmou o titular da Fazenda.

De acordo com ele, o programa começou a ser desenhado nesta quarta-feira e será montado um grupo de trabalho para traçar o projeto. “Vamos verificar o perfil de quem já exporta, verificar como é que nós



Os ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniram para conversar sobre os pequenos exportadores

podemos expandir uma rede de apoio para esse tipo de público”, completou Haddad.

Outra medida estudada pelo Governo é conceder às micro e pequenas empresas exportadoras o direito a uma parcela maior de restituição dos tributos que incidem no preço de bens industrializados vendidos ao exterior.

Desde 2011, com a criação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra), a restituição tornou-se uma realidade. Atualmente, o crédito para abatimento é estabelecido em 0,1% sobre a receita proveniente das exportações. Contudo, há planos para aumentar esse percentual visando beneficiar as micro

e pequenas empresas.

Os ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Fazenda estão conduzindo estudos com esse propósito. A intenção é ampliar o benefício para as MPEs nos próximos dois anos (2025 e 2026), uma vez que a reforma tributária prevista para 2027 eliminará a

questão da cumulatividade de impostos sobre as exportações. Por esse motivo, essa medida está sendo denominada como “Reintegra de transição”.

Os ministros também estão buscando medidas para novos passos para a depreciação acelerada. “O presidente [Lula] pediu o empenho da Fazenda e trabalhamos em comum acordo para chegarmos a um valor mais expressivo ao longo do tempo. Nós vamos atrás de fontes para que isso seja possível”, ressaltou Haddad.

Geraldo Alckmin afirmou que é possível ter o projeto de depreciação acelerada “em poucas semanas”. A medida encurta de 15 anos para dois anos o prazo de depreciação de maquinário para facilitar a troca dos equipamentos pelos empresários do setor de infraestrutura.

De acordo com o Governo, seriam R\$ 1,7 bilhão em 2024 e mais R\$ 1,7 bilhão em 2025. Segundo Alckmin, o Governo não está abrindo mão de recursos porque essas renúncias aconteceriam de qualquer forma ao longo dos anos, mesmo mais devagar.

Ministro assina contratos com concessionárias de linhas de transmissão de energia

Os vínculos foram firmados com as empresas que arremataram os lotes leiloados no fim do ano passado

MARÍLIA SENA
marilia.sena@redebeneews.com.br

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, assinou na quarta-feira, dia 3, os contratos de transmissão de energia do leilão realizado pelo Governo Federal em dezembro do ano passado. Os lotes foram arrematados pelas empresas Statet Grid Brazil Holding SA, Consórcio Olympus XVI e Celeo Redes SA.

“Mais um passo que fortalece o país como protagonista da transição energética global. A agenda de hoje é resultado do maior leilão de transmissão da história do nosso país, e essas ações beneficiam diretamente quem está nas casas,



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o trabalho do Governo em relação às linhas de transmissão vai destravar R\$ 165 bilhões em energia eólica

nos comércios, na indústria”, afirmou Silveira.

A previsão de investimento é de R\$ 21,7 bilhões e envolve cinco estados brasileiros - Goiás, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins. Os contratos estão divididos em três lotes, mas juntos representam

4.471 quilômetros de linhas de transmissão.

A expectativa é que as obras durem de 60 a 72 meses e proporcionem até 37 mil novos empregos. O empreendimento também vai ampliar a capacidade de interligação entre as regiões Nordeste e Centro-Sul

do Brasil.

De acordo com o governo federal, as obras de interligação serão responsáveis por escoar o excedente da energia produzida por fontes renováveis no Nordeste para o restante do país.

“O Ministério de Minas e

Energia estima que, até 2027, o Nordeste contribua com o acréscimo de 13.328 MW à capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (SIN), consolidando a região como vetor da segurança e da transição energética”, informou a pasta.

A assinatura dos contratos aconteceu em um evento no Palácio do Planalto sem a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Alexandre Silveira também destacou a parceria entre Brasil e China no setor de energia. Segundo o titular da pasta, o trabalho do Governo em relação às linhas de transmissão vai destravar R\$165 bilhões em energia eólica.

REGIÃO NORTE/NORDESTE

Prévia da safra 2023/2024 de cana-de-açúcar aponta crescimento de 2,5%

Dados compilados pela NovaBio mostram ritmo de alta no Norte e Nordeste na comparação com mesmo período do ano passado

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebenews.com.br

A prévia da safra 2023/2024 de cana-de-açúcar no Norte e Nordeste aponta para crescimento de 2,5% em relação ao ano passado, de acordo com dados compilados pela Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia (NovaBio). A safra deste ano já atingiu 92% do seu processamento, segundo a NovaBio. Os dados foram compilados até o dia 15 de março.

A moagem atingiu 57,38 milhões de toneladas no período. Os dados apontam que a



Divulgação

▲
A safra de cana-de-açúcar já atingiu 92% do seu processamento, segundo os dados compilados até 15 de março, e a moagem chegou a 57,38 milhões de toneladas no período

fabricação de açúcar, somando 3,36 milhões de toneladas, foi 9,3% superior à produção de 3

milhões de toneladas observada em igual período do ano passado.

O presidente-executivo da NovaBio, Renato Cunha, afirma que o crescimento demonstra uma tendência de crescimento na produção de açúcar verificada nos últimos relatórios quinzenais da entidade.

“Apesar da recente recuperação dos preços do etanol, produto que ainda carece de uma política mais previsível e estável, o açúcar para exportação segue com melhor remuneração para os produtores do Norte e Nordeste, principalmente devido à valorização da commodity no mercado internacional”, afirma o executivo.

Ele explica que o câmbio e a necessidade do mundo formar estoques, sobretudo face aos conflitos internacionais, favoreceram preços menos volá-

teis do produto.

Etanol

Já a produção de etanol hidratado cresceu 11,8%. Foram fabricados 1,09 bilhão de litros em relação aos 975,61 milhões de litros verificados em 15 de março de 2023. No caso do biocombustível anidro, que é misturado à gasolina, houve retração de 10,9%, com 1,05 bilhão de litros ante 1,17 bilhão de litros fabricados no período de 2022-2023.

Em relação à produção total de etanol (anidro e hidratado), o volume teve queda de 0,6%, alcançando 2,14 bilhões de litros contra 2,15 bilhões de litros produzidos na mesma quinzena da safra passada.

Impulsionamos a inovação em infraestrutura, logística, portos e comércio exterior.



Mentorias



Eventos



Pré-aceleração



Trilha formativa



Web série



Desafio de inovação



Missões



P&D



www.hubbrasilexport.com.br



 **HUB**
BRASIL EXPORT

REGIÃO SUL

Santa Catarina solicita autorização para construir dois novos aeroportos

Terminais públicos serão implantados nos municípios de Pinhalzinho e Rio Negrinho

Divulgação/SPAF

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebenews.com.br



A atividade relativa à exploração de infraestruturas aeroportuárias públicas no Brasil é conferida à União, a qual pode repassar a incumbência aos governos estaduais

A Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) de Santa Catarina solicitou a autorização para a implantação de dois novos aeroportos públicos no estado. Os pedidos foram protocolados juntos à Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), durante reunião em Brasília. Os documentos solicitam a análise do órgão federal com objetivo de emissão de outorga junto ao Governo do Estado para exploração dos dois futuros terminais.

Os dois novos aeroportos estão localizados nos municípios de Pinhalzinho e Rio Negrinho.

“Estes aeroportos estão dentro do nosso planejamento de ampliação do Estado. Foram incluídos no Plano Aeroviário

Estadual (Paesc) e este processo é parte de todo o trâmite necessário para que eles sejam reconhecidos oficialmente e posteriormente possam receber investimentos”, explicou o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), Beto Martins.

Segundo o Governo Estadual, a pretensão é adotar o mesmo

procedimento para o Aeroporto de Itapiranga, que também está incluindo no Paesc, quando toda a documentação necessária estiver juntada para dar seguimento do processo.

O município de Pinhalzinho é proprietário de área apropriada, cuja viabilidade técnica de implantação do aeródromo

já está aprovada. De acordo com a SPAF, a Prefeitura já contratou o projeto executivo de implantação do aeroporto.

O município de Rio Negrinho tem uma área onde funciona o Aeroclube local, que já conta com uma pista de pouso e decolagem asfaltada, com dimensões de 1.198 metros de

comprimento por 22 metros de largura. O município está autorizado por lei municipal a adquirir a área do futuro empreendimento.

A atividade relativa à exploração de infraestruturas aeroportuárias públicas no país é conferida à União, a qual pode repassar a incumbência aos governos estaduais.

Serra catarinense

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), por meio da Portaria 14099/SIA, reconheceu a alteração do nome do Aeroporto Ricardo Sell Wagner – Regional da Serra Catarinense, antigo Aeroporto Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto. A mudança do nome teve o objetivo de potencializar o turismo na região e foi proposta pelo deputado estadual Lucas Neves, em Lei Estadual, aprovada pela Alescem 2023.



VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.



APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews



www.tvbenews.com.br



REGIÃO SUDESTE

Marinha apreende cocaína escondida em navio no Porto de Santos

Entorpecente estava em compartimento submerso de embarcação com destino à Alemanha

Divulgação/Marinha do Brasil

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

Equipes da Marinha do Brasil (MB) e da Polícia Federal (PF) apreenderam 212 quilos de cocaína que estavam em um navio atracado no Porto de Santos (SP), na noite de terça-feira (2). De acordo com as autoridades, a embarcação tinha como destino a Alemanha. Os entorpecentes foram encontrados por equipes de mergulhadores da Marinha.

O navio em questão foi selecionado para inspeção com base em critérios de risco e inteligência da Polícia Federal (PF). De acordo com as autoridades, os oito pacotes de droga estavam escondidos na "caixa de mar" da embarcação, uma abertura localizada abaixo da linha de flutuação, que serve para o suprimento de água para resfri-



Os oito pacotes de droga foram encontrados por mergulhadores da Marinha na "caixa de mar" da embarcação, que é uma abertura localizada abaixo da linha de flutuação

amento de motores e também para a alimentação do sistema de combate a incêndios.

A ação em conjunto ocorreu no âmbito da Operação Lais

de Guia, que integra as ações de Garantia da Lei e da Ordem no estado de São Paulo.

O oficial de Operações da Força-Tarefa Lais de Guia, capi-

tão de fragata Daniel Marques Rubin, conta que a operação foi iniciada ainda na tarde da terça-feira, a partir de uma informação encaminhada pela Polícia

Federal de Santos.

"A PF fez a solicitação do apoio de mergulhadores da MB e, prontamente, atendemos ao pedido. É importante salientar a relevância das operações interagências, nesse caso específico com a PF, atuando com a parte de inteligência e gerando a demanda, e nós, da Marinha, atuando com a capacidade de emprego dos mergulhadores", detalhou o comandante.

A cocaína interceptada no navio foi apreendida por equipes da Polícia Federal, que realizará perícia no material. A PF encaminhou o entorpecente para a delegacia geral de Santos e continuará com as investigações a partir de inquérito policial.

SANTOS EXPORT 2024

SANTOS - SP

22 E 23 DE ABRIL

Blue Med Convention Center



Transmissão ao vivo pela TV BE News

Encontro exclusivo para autoridades, patrocinadores, conselheiros e convidados do Brasil Export

SANTOS EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

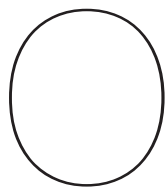


ADILSON LUIZ GONÇALVES

Engenheiro, pesquisador universitário e escritor.
Membro da Academia Santista de Letras
opinio@portalbenews.com.br

► ESTRATÉGIA

ZPE em Santos - Os próximos passos



evento de entrega do Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) para uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Santos, ocorrido em 1/4/2024, que não se perca pela data, tende a ser um verdadeiro marco na história da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)!

Ele se junta a um cenário extremamente auspicioso para a região, que inclui a ligação seca entre Santos e Guarujá, a proposta de uma nova ligação entre o Planalto e a RMBS e uma série de outros estudos e investimentos que envolvem logística e expansão econômica, com foco em novas atividades, tendo o complexo portuário e o futuro aeroporto regional como inegáveis trunfos. Também é fundamental realçar a comunhão estratégica entre todos os níveis de governo, algo raro na história recente do Brasil.

A Prefeitura de Santos, por meio da Secretaria Municipal de Assuntos Portuários (Seporte), iniciou os estudos relativos à possibilidade de implantação de uma ZPE em Santos em 2017, já tendo a Área Continental (de Santos) como foco. O primeiro passo foi identificar se Santos estava apta a sediar uma ZPE, nos termos estabelecidos pela legislação vigente. Feito o levantamento com base nos critérios existentes, foi constatado que Santos se enquadrava no único critério previsto para cidades das regiões Sudeste e Sul. Esse critério é aplicável apenas para municípios que não sejam capitais, e cuja participação do valor adicionado da indústria no valor adicionado total seja inferior à média nacional, com base em dados oficiais do IBGE.

Feita essa análise inicial, foi encaminhada consulta ao Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), vinculado ao MDIC, que confirmou essa aptidão. A partir daí, essa condição foi regularmente atualizada junto à CZPE, ao mesmo tempo em que a PMS continuou a aprofundar os estudos sobre ZPEs, incluindo a análise de exemplos nacionais, poucos, e internacionais, muitos.

Surpreendeu a existência de mais de 7,5 mil Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) espalhadas por mais de 70 países - mais de 2,5 mil só na China! -, enquanto no Brasil, cujo regime de ZPE foi criado no final da década de 1990, apenas uma está em pleno funcionamento (a ZPE de Pecém/CE), outra em fase de captação de indústrias (a ZPE de Parnaíba/PI), duas em fase de implantação de infraestrutura (as de Uberaba/MG e de Cáceres/MT), todas públicas; e a primeira ZPE privada do País (a de Aracruz/ES), autorizada em 2023. Das mais de vinte autorizadas, a grande maioria teve suas autorizações caducadas.

O exemplo chinês foi o que mais impressionou, pela visão estratégica e resultados obtidos. Implantadas naquele país desde 1978, como parte de um processo de abertura econômica, as ZEEs chinesas se destacam pela autonomia de gestão; pelos incentivos fiscais e tributários; pelo incentivo à implantação de indústrias, com obrigatoriedade de transferência de tecnologia; e pelo incentivo à formação acadêmica, inclusive nas universidades mais conceituadas do Ocidente, incluindo o regresso e a manutenção dessa inteligência no país. Com isso, em poucas décadas, a China deixou a incipiência econômica e a obsolescência industrial, para se tornar a principal produtora de patentes do mundo (o dobro da produção dos EUA, em 2021!). Dos dez principais portos do mundo em movimentação de

contêineres, sete são chineses (incluindo Hong Kong)! Nesse processo, a China assumiu a condição de 2ª economia mundial, detentora de cerca de 20% do comércio mundial (o Brasil orbita em torno de 1%) e 23% da produção industrial (o Brasil representa pífios 0,7%, aproximadamente).

No escopo dos BRICS, a China "nada de braçada", seguida da Índia e, atrás, muito atrás, de Brasil, Rússia e África do Sul. A evolução do PIB chinês, sobretudo a partir de 2001, quando a China aderiu à Organização Mundial do Comércio, pode ser considerada espetacular! Obviamente, não se pode comparar o regime político chinês com o do Brasil. Lá, os licenciamentos ambientais devem ser bem mais rápidos, e as judicializações, menos frequentes.

Por que as ZPEs, modelo similar ao das ZEEs, não evoluíram por aqui?

Considerando a legislação anterior à 2021, o fato de as ZPEs serem de iniciativa exclusiva de municípios, estados ou ambos - pública, portanto - talvez responda essa questão. Daí a alteração feita em 2021 teve vários aspectos positivos, tais como: foi abolida a obrigatoriedade de que até 80% da produção fosse destinada exclusivamente à exportação; as ZPEs passaram a poder ser estabelecidas em terrenos não contíguos, desde que distanciados de, no máximo, 30 km; houve ênfase na importância de que as ZPEs fossem localizadas preferencialmente próximas a portos e aeroportos (porto-indústria é um modelo adotado nos principais portos do mundo há muito tempo!); e, principalmente, a possibilidade da autorização para implantação de uma ZPE à iniciativa privada.

Essas premissas tornaram o potencial de implantação de uma ZPE em Santos ainda mais interessante, além de lógico, considerando a importância de nosso complexo portuário, a proximidade do futuro aeroporto regional, as universidades e escolas técnicas existentes na RMBS, a existência do Parque Tecnológico e o fato do Estado de São Paulo ser o mais industrializado do País, ou seja, já tem um perfil apropriado.

A estratégia de desenvolver todas as regiões do Brasil é basilar, mas jamais deve implicar em restringir o potencial de desenvolvimento de regiões de melhor desempenho.

Mas por que a Área Continental de Santos é considerada ideal para a implantação de uma ZPE?

Primeiro, a legislação de uso e ocupação de solo daquela área já prevê zonas propícias para a implantação de atividades portuárias, retroportuárias, logísticas e industriais. É importante destacar que essa legislação está em fase de revisão, para prever que as atividades industriais considerem produção de alto valor agregado, alta tecnologia e baixo impacto ambiental. Segundo, dois estudos elaborados na primeira metade da década de 2010, um pela Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE) e outro pela empresa ALG, com financiamento do Governo da Espanha, ambos de posse do Governo Federal, apontaram a Área Continental de Santos como a de melhor potencial para a

OPINIÃO

CONTINUAÇÃO DO TEXTO DA PÁGINA 9

SURPREENDEU A EXISTÊNCIA DE MAIS DE 7,5 MIL ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS (ZEES) ESPALHADAS POR MAIS DE 70 PAÍSES - MAIS DE 2,5 MIL SÓ NA CHINA! -, ENQUANTO NO BRASIL, CUJO REGIME DE ZPE FOI CRIADO NO FINAL DA DÉCADA DE 1990, APENAS UMA ESTÁ EM PLENO FUNCIONAMENTO (A ZPE DE PECÉM/CE)

implantação de atividades logísticas e afins. Terceiro porque, além de contar com acessibilidade rododiferroviária e aquaviária, a futura implantação do túnel subaquático e de uma nova ligação entre o Planalto e a RMBS também a qualifica.

E quarto, porque é meta dos governos municipal, estadual e federal a reindustrialização do Brasil, com foco em porto-indústria, visando desenvolvimento tecnológico e exportações, reduzindo nossa dependência do agronegócio. Também é importante salientar que, em sendo a produção industrial normalmente exportada por meio de contêineres ou sob forma de cargas de projeto, as operações portuárias são menos suscetíveis a interrupções em função de condições climáticas adversas. Assim, aos sucessivos recordes de movimentação de carga do Porto de Santos, em tonelagem, teremos aumento do valor por tonelada. Isso sem falar na geração de empregos, no incremento da prestação de serviços, na nova economia que a ZPE representará para a região e nos novos tributos decorrentes, que seguramente contribuirão para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da RMBS.

Consciente desse potencial, a partir de 2017 a PMS-Seporte, também beneficiando da atuação acadêmica de membro de seu quadro de servidores públicos, passou a divulgar o tema por meio de participações em eventos nacionais e internacionais, e da publicação de artigos em mídias especializadas, sempre com boa recepção.

A partir da revisão da legislação de ZPE, em 2021, o cenário se tornou ainda mais propício, mas era necessário elaborar Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) nos moldes definidos pelo CZPE.

Os contatos com a Infra S.A. foram iniciados, incluindo um importante encontro realizado na Intermodal 2022, onde o interesse foi consolidado, com aquela empresa entendendo que esse estudo tinha potencial para ser replicado em outros portos brasileiros, por seu interesse estratégico para a reindustrialização, redução de custos logísticos e diversificação da carteira de exportações, objetivando o desenvolvimento pleno e sustentado do País.

As tratativas foram evoluindo, com a PMS repassando todos os estudos elaborados internamente à Infra S.A., realizando reuniões e buscando alternativas para o financiamento do estudo.

Em outubro de 2023, numa reunião ocorrida em Brasília, que contou com a participação de representantes da PMS e da Infra S.A., o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) demonstrou interesse na elaboração do EVE, também entendendo seu potencial estratégico. Esse apoio foi fundamental, com a inestimável participação da Autoridade Portuária de Santos (APS), para que o EVE fosse concluído com brevidade.

Os próximos passos incluem a complementação das informações necessárias ao encaminhamento do pleito de autorização para criação de uma ZPE em Santos ao Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). É necessário constituir uma entidade administradora da ZPE, idealmente privada, definir ao menos um projeto industrial comprometido com o empreendimento e, ainda, uma área. Para tanto existem dois formulários a serem preenchidos pelo pleiteante.

Feito o encaminhamento formal ao CZPE, aquele conselho avaliará se todos os pré-requisitos foram atendidos. Como a cidade de Santos está considerada apta a sediar uma ZPE desde 2017, a análise será sobre a documentação encaminhada pelo pleiteante. Em sendo o pleito aprovado, o CZPE dará prosseguimento ao processo, que culminará com a publicação de decreto que autorizará a criação da ZPE, pela Presidência da República.

A partir daí, passarão a contar os prazos para implantação de infraestrutura e instalação de indústria(s), que, quando concluídos, serão submetidos ao processo de alfandegamento pela Receita Federal. Somente a partir daí, passará a existir efetivamente a Zona de Processamento de Exportação.

Considerando que as iniciativas de criação de ZPEs por municípios e

estados geralmente resultaram em caducidade, a autorização para a iniciativa privada tende a dinamizar esse processo, cabendo aos governos a criação de condições atrativas.

Nesse âmbito, incentivos tributários, aduaneiros e cambiais já são previstos no regime de ZPE. O Estado de São Paulo é signatário de convênio que possibilita inclusão do ICMS nesse escopo. E a Prefeitura de Santos também poderá definir, a seu critério, incentivos tributários municipais.

Enfim, ainda há um caminho a percorrer, mas o cenário é amplamente favorável, pela conjunção de aspectos estratégicos públicos e privados, no melhor interesse do País.

É certo que ainda há que se considerar a burocracia estatal e a legislação ambiental, que têm restringido e, até, inviabilizado a implantação de empreendimentos que gerariam empregos e tributos necessários, inclusive para financiar programas sociais, inclusive habitacionais, educacionais, de saúde, urbanísticos e ambientais.

O incentivo a atividades econômicas nacionais possibilitará financiar o que fundos internacionais se propõem a destinar ao Brasil, só que sem as contrapartidas e restrições exigidas, normalmente para atender aos interesses dos países desenvolvidos que não fazem, nem pretendem fazer sua "lição de casa" ou eliminar protecionismos, que contrariam seu discurso.

No caso da produção industrial, a cada emprego direto mais são criados em outros setores, como dos de serviços e, até, culturais.

O agronegócio continuará a ser de extrema importância para a economia nacional! Mas é preciso agregar valor às nossas exportações, ampliar mercados, gerar empregos, promover e incentivar pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico de maneira a aumentar o protagonismo do Brasil no cenário internacional. Também é importante lembrar que o agronegócio, apesar de sua inegável relevância, vem sofrendo pressões externas e internas, inclusive com financiamento internacional. As intenções podem ser as melhores possíveis, segundo o discurso de seus atores, porém as consequências podem ser extremamente negativas, no cômputo geral, prejudicando os objetivos originalmente pretendidos.

O Brasil não pode aceitar a condição de refém de interesses e recursos externos que tendem a engessar o progresso do País. Pelo contrário, é preciso desenvolver ampla e plenamente seus potenciais, para efetivamente conquistar sua autonomia e autodeterminação.

As ZPEs têm potencial para assumirem protagonismo no desenvolvimento sustentado do Brasil, considerando a lógica indubitável das vantagens de sua instalação junto a complexos portuários. Nesse sentido, a elaboração dos planos mestres e planos de desenvolvimento e zoneamento dos portos públicos brasileiros deverá considerá-las em seus cenários. Não será diferente com o Plano Nacional de Logística Portuária e com o Plano Nacional de Logística - 2035.

Participo diretamente de cada etapa desse processo desde sua origem, em 2017, como engenheiro da Seporte e pesquisador universitário da Universidade Santa Cecília (Unisantia), conciliando o interesse público com o acadêmico.

Nesse trajeto, a atuação do então secretário de Assuntos Portuários e Emprego da Prefeitura de Santos, Bruno Orlandi, foi fundamental, por autorizar o início das tratativas objetivas e assumir sua condução. O protagonismo da atual secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, e do atual diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, é igualmente superlativo, o mesmo valendo para o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, e toda a sua dinâmica e competente equipe.

O caminho está traçado, e leva da terra ao mar, tendo os portos como fronteira. Começou como uma possibilidade, agora alentada pela esperança de que "sonho que se sonha junto é realidade"!